

Arquétipos da Morte: Paralelos entre a Mitologia Grega e Narrativas Hebraicas sob uma Perspectiva Psicológico

Yasmim de Araujo Pinto, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Luis Gustavo Cordeiro Brito, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Helena Ossucci Carlis, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Ígor Leonardo Ziger, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Vicente Beur Miranda Lima, Curso de Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil, vicente.beur@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A morte é um elemento inerente à condição humana, presente em diferentes contextos históricos e culturais. Apesar de sua inevitabilidade biológica, não é vivida apenas como um evento natural, sendo constantemente interpretada e ressignificada por meio de construções simbólicas que buscam torná-la compreensível. Assim, a morte ultrapassa o campo orgânico e passa a integrar dimensões culturais, religiosas e psicológicas, assumindo significados distintos conforme os sistemas simbólicos nos quais é elaborada (Figueiredo, 2006).

Ao longo da história, diferentes tradições construíram formas próprias de compreender a finitude. Entre elas, destacam-se a mitologia grega e as narrativas hebraicas que, embora inseridas em contextos distintos, apresentam explicações estruturadas sobre a morte. No pensamento grego, ela se insere como parte de uma ordem cósmica, enquanto na tradição hebraica está associada à dimensão moral e à relação com o divino (Hesíodo, 1995; Bíblia, 2009). Essas formas de interpretação não apenas explicam o morrer, mas também influenciam a maneira como os sujeitos compreendem a própria existência.

O interesse por essa temática surge da percepção de que, mesmo com diferenças significativas, essas tradições apresentam aproximações ao buscar dar sentido à morte, evidenciando que a necessidade de significar a finitude é constitutiva da experiência humana. Nesse contexto, coloca-se como questão central compreender de que maneira os sujeitos produzem sentidos sobre a finitude biológica e quais processos psicológicos estão implicados nessa construção.

Para desenvolver essa análise, o estudo articula os sistemas simbólicos da mitologia grega e das narrativas hebraicas com contribuições da psicologia, especialmente a partir das teorias de Jung e Freud. A escolha desses autores se justifica por abordarem a morte como dimensão fundamental da experiência

psíquica, ainda que por perspectivas distintas: enquanto Jung a compreende como um arquétipo relacionado à transformação psíquica, Freud a interpreta como expressão da pulsão de morte presente na dinâmica do aparelho psíquico (Jung, 2011; Freud, 2010).

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a morte não deve ser reduzida a um evento terminal, mas compreendida como fenômeno que atravessa e estrutura a experiência humana. Ao relacionar mitologia, tradição religiosa e psicologia, busca-se evidenciar que a atribuição de sentido à morte constitui um processo essencial para a organização da vida psíquica, permitindo ao sujeito integrar a finitude à sua existência (Figueiredo, 2006; Jung, 2011).

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com o objetivo de compreender os processos pelos quais os sujeitos atribuem sentido à finitude biológica, considerando a morte como elemento constitutivo da experiência humana.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo fato de que o objeto de estudo não envolve fenômenos mensuráveis, mas a produção de sentidos, significados e interpretações construídas historicamente e culturalmente (Minayo, 2012). Nesse sentido, essa abordagem permite compreender as dimensões simbólicas e subjetivas relacionadas à experiência da morte. O caráter exploratório, por sua vez, busca ampliar a compreensão das relações entre mitologia, tradição religiosa e psicologia, contribuindo para a construção de interpretações sobre o tema (Gil, 2002).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras que abordam a morte sob diferentes perspectivas. Foram utilizados textos da mitologia grega, como Hesíodo (1995), da tradição hebraica, como a Bíblia (2009) e o Catecismo da Igreja Católica (2002), além de referenciais da psicologia, com destaque para Freud (2010) e Jung (2011). Também se recorreu à tanatologia, entendida como o campo que investiga a morte, o morrer e seus aspectos psicológicos, sociais e culturais, incluindo processos como o luto e a construção de sentidos diante da finitude (Figueiredo, 2006).

A análise foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, buscando compreender os significados presentes nos textos e estabelecer relações entre os diferentes referenciais teóricos. Esse processo permitiu articular as dimensões simbólicas e psicológicas envolvidas na experiência da morte, evidenciando sua centralidade na organização da experiência humana.

REVISÃO DE LITERATURA

A compreensão da morte como fenômeno que ultrapassa sua dimensão biológica implica considerá-la a partir dos sistemas simbólicos e das teorias psicológicas que buscam explicá-la. Nesse sentido, a mitologia grega e a tradição hebraica constituem formas de elaboração cultural da finitude, enquanto a psicologia, especialmente nas contribuições de Jung e Freud, permite compreender como esses significados são internalizados na experiência subjetiva.

Na mitologia grega, a morte é entendida como parte da ordem do cosmos. A existência humana está submetida à moira, que estabelece os limites da vida, indicando que a morte ocorre como cumprimento de uma ordem universal (Hesíodo, 1995). Figuras como Thanatos e Hades reforçam essa organização, representando, respectivamente, o momento da morte e o domínio dos mortos. Nesse contexto, o submundo não se configura como espaço de julgamento moral, mas como continuidade da existência, aproximando a morte da ideia de transformação (Hesíodo, 1995).

Na tradição hebraica, a morte assume outro significado, estando vinculada à relação entre o humano e o divino. Nos relatos bíblicos, ela aparece associada à ruptura com Deus e à transgressão, introduzindo uma dimensão ética à finitude (Bíblia, 2009). O conceito de Sheol indica uma forma de existência reduzida após a morte, enquanto concepções posteriores reforçam seu caráter normativo (Bíblia, 2009; Igreja Católica, 2002).

Apesar das diferenças, ambas as tradições operam como sistemas simbólicos que tornam a morte compreensível, oferecendo referências que organizam a experiência e reduzem seu potencial desestruturante (Jung, 2011).

Essa função pode ser aprofundada pela psicologia analítica de Jung, que compreende mitologias e religiões como expressões do inconsciente coletivo, formado por conteúdos universais compartilhados pela humanidade (Jung, 2011). Esses conteúdos se organizam por meio dos arquétipos, entre os quais a morte se destaca como símbolo de transformação psíquica, associada à dissolução de formas anteriores e à possibilidade de reorganização do eu.

Em contraste, Freud interpreta a morte a partir da dinâmica do aparelho psíquico, por meio da pulsão de morte, entendida como tendência à redução de tensões e ao retorno ao estado inorgânico (Freud, 2010). Essa pulsão se manifesta, por exemplo, na repetição de comportamentos, inclusive aqueles que geram sofrimento, evidenciando sua atuação na organização psíquica.

Ao comparar essas perspectivas, observa-se que ambas reconhecem a centralidade da morte na constituição do psiquismo, ainda que por caminhos distintos: enquanto Jung a associa à transformação, Freud a vincula à dissolução. Dessa forma, ao articular essas contribuições com os sistemas simbólicos culturais, compreende-se que a atribuição de sentido à morte envolve tanto processos culturais quanto dinâmicas psíquicas. A morte, nesse contexto, deixa de ser apenas ruptura e passa a constituir elemento fundamental na organização da experiência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a morte, embora se apresente como um dado biológico inevitável, não se esgota em sua dimensão orgânica, sendo atravessada por construções simbólicas, culturais e psicológicas que possibilitam sua significação. Nesse sentido, confirmou-se o pressuposto inicial de que a morte não deve ser compreendida apenas como ruptura, mas como elemento constitutivo da experiência humana, na medida em que participa ativamente da organização dos sentidos atribuídos à existência.

A partir da investigação das tradições da mitologia grega e das narrativas hebraicas, foi possível identificar que, apesar de suas diferenças, ambas operam como sistemas simbólicos que buscam tornar a finitude compreensível. Enquanto a mitologia grega insere a morte em uma ordem cósmica, associando-a à continuidade e à transformação, a tradição hebraica a relaciona à dimensão moral e à relação com o divino, conferindo-lhe um caráter ético. Essas distintas formas de elaboração evidenciam que a morte é constantemente interpretada à luz de referenciais culturais que orientam a forma como os sujeitos experienciam o morrer.

No campo da psicologia, as contribuições de Jung e Freud (2010, 2011) possibilitaram aprofundar a compreensão dos processos envolvidos na atribuição de sentido à morte. Na perspectiva junguiana, a morte aparece como um arquétipo fundamental, associado a processos de transformação e reorganização psíquica, indicando que a finitude pode ser simbolicamente integrada à experiência do sujeito. Já na perspectiva freudiana, a morte é compreendida por meio da pulsão de morte, evidenciando a presença de uma tendência interna à redução e à dissolução, que tensiona o funcionamento psíquico. Apesar de partirem de pressupostos distintos, ambas as abordagens convergem ao reconhecer que a morte ocupa um lugar central na constituição do psiquismo.

Dessa forma, ao retomar a problemática proposta, compreende-se que os processos pelos quais os sujeitos atribuem sentido à finitude biológica envolvem a articulação entre elementos culturais e dinâmicas psíquicas. A morte, nesse contexto, não é apenas vivida como um fim, mas como uma experiência que exige elaboração simbólica, sendo constantemente ressignificada a partir das referências disponíveis em cada contexto histórico e cultural.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a atribuição de sentido à morte desempenha uma função estruturante, na medida em que possibilita ao sujeito integrar a finitude à sua própria existência. Ao deixar de ser percebida exclusivamente como ruptura, a morte pode ser compreendida como parte constitutiva da vida, contribuindo para a construção de significados e para a organização da experiência humana.

Por fim, destaca-se que este estudo não esgota a complexidade do tema, mas aponta para a importância de investigações futuras que aprofundem a relação entre morte, cultura e subjetividade, especialmente considerando diferentes contextos sociais e outras abordagens psicológicas. Ainda assim, reafirma-se que compreender a morte em sua dimensão simbólica e psíquica é fundamental para compreender, em última instância, a própria condição humana.

PALAVRAS-CHAVE

Morte. Arquétipos. Hebraico. Grega. Mitologia

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FIGUEIREDO, Maria Tereza. Tanatologia: estudo da morte e do morrer. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GIL, Antonio Carlos et al. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

HESÍODO. Teogonia: a origem dos deuses. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

IGREJA CATÓLICA. Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.